



MONTAIGNE: A HISTÓRIA SEM ORNATOS

Luiz Costa Lima*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

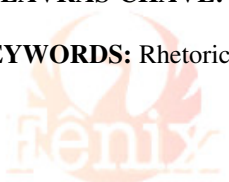
luiz.costa@pesquisador.cnpq.br

RESUMO: Este ensaio visa precisar a concepção de história privilegiada nos Ensaios de Montaigne e os problemas provocados pelo caráter retórico de uma de suas fontes, a **Historia general de las Índias**, de López de Gómarra.

ABSTRACT: The essay looks for precisising the conception of history that Montaigne's Essais privileges, and the problems provoked by the rhetorical character of one of his sources, López de Gómara's **Historia general de las Índias**.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica – Verdade – Michel de Montaigne – López de Gómarra

KEYWORDS: Rhetoric – Truth – Michel de Montaigne – López de Gómarra



www.revistafenix.pro.br

Na abundante bibliografia sobre **Les Essais** (1580/1588/1595), é raro o destaque que Montaigne concede à História;¹ o que não se dá por acaso: não só a escrita da história jamais serviu de tema para algum de seus ensaios, como, muito embora a presença de historiadores romanos seja tão notada quanto a de Sêneca ou Cícero, tampouco Montaigne, a seu respeito, vai além de comentários pontuais. Além do mais, a sua densa linguagem apresenta veios tão fecundos que pareceria perda de tempo dedicar-se ao que ele próprio não teria dado maior realce. Mas ainda aí **Os Ensaios** enganam.

A passagem que formula mais amplamente o que Montaigne pensa sobre a escrita da história já se encontra na versão de 1580. Transcrevo apenas as partes fundamentais:

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio.

¹ Devo a Rodrigo Labriola chamar-me a atenção para o interesse que desperta a utilização da **Historia general de las Índias** (1552), de López de Gómara. Para **Les Essais**, utilizei a nova edição de Pierre Villey (Quadrige, P.U.F., Paris, 1988) 3 vol. Suas passagens em português são feitas de acordo com a tradução de Rosemary Costhek Abílio (São Paulo: Martins Fontes, 2000-2001) 3 vol.

Aprecio os historiadores ou muito simples ou excelentes. Os simples, que não têm como misturar alguma coisa de seu, e que oferecem apenas o cuidado e a diligência de recolher tudo o que chega a seu conhecimento e de registrar de boa-fé todas as coisas, sem escolha e sem triagem, deixam-nos o julgamento intacto para o conhecimento da verdade. [...] É a matéria da História, nua e informe; [...] Os muito excelentes têm competência para escolher o que é digno de ser sabido [...]. Os que estão entre os dois (que é a maneira mais comum), esses nos estragam tudo: querem mastigar os pedaços para nós; dão o direito de julgar, e conseqüentemente de inclinar a História à sua opinião; porque, desde que o julgamento pende para um lado, não é possível deixar de desviar e torcer a narrativa para esse viés.²

Muito embora logo se refira a Jean Bodin, cujo **Méthode d’histoire** (1566) se integrava à escrita diferenciada da história então realizada por alguns contemporâneos franceses, dele declarando haver tratado da matéria “selon [s]a conception”, Montaigne, como logo veremos, não parece haver conhecido ou dado importância ao propósito da “histoire parfaite” intentada pelo grupo em que Bodin é integrado. Mas a releitura de um comentário, aparentemente sem importância, começa a nos indicar que não era indiferente à questão:



Quase sempre são escolhidos para essa tarefa [de historiadores], e principalmente nestes séculos, pessoas do vulgo, pela única consideração de saberem falar bem, como se com elas procurássemos aprender gramática!³

Em vez de indiferença pelo tratamento da história, Montaigne assinala qual sua preferência entre os tipos que pouco antes definira. Para concretizá-la e então vermos as dificuldades que, na prática, se lhe apresentavam, teremos que fazer algumas voltas.

Principiemos por perguntar por que irrita a Montaigne a petulância dos que parecem querer lhe ensinar gramática? Tanto na França, como na Espanha, de onde viera López de Gómara, aos filhos da nobreza estava reservada a educação refinada, que supunha o domínio do latim, se não do grego, e o trato privilegiado dos antigos. Isso não impedia que o conhecimento da/s língua/s morta/s e a familiaridade com a retórica fossem um dos poucos meios para que os *literati* sem posses pudessem almejar alguma ascensão social. Assim se dera precisamente com López de Gómara, que, provavelmente, estudara na Universidad de Alcalá de Henares, ordenando-se sacerdote, entre 1529 e 1530, e se tornará professor de retórica; pelo sacerdócio, Gómara habilitara-se a viver em Roma, onde entrará em contato com os meios nobres espanhóis,

² MONTAIGNE, Michel de. II, 10, p. 128-129.

³ Ibid., p. 129.

o que lhe permitirá, em 1541, participar da expedição de Carlos V contra Argel, entrando provavelmente aí em contato com Hernán Cortés – peça fundamental para a composição de sua **Historia de las Índias**.⁴

O mau humor que Montaigne manifestava quanto ao suposto critério de recrutamento dos historiadores não se resumia a receber lições de gramática de um “inferior” senão de que, sob as vestes de sofisticação filológico-gramatical, se estadeasse a frase retoricamente elaborada. Ora, não é novidade o caráter retórico da historiografia renascentista; (muito menos que ela já se dera extensamente na antiga Roma). Baste-nos acentuar, (como já o fizera Mendiola):

[O] objeto [da “história verdadeira”] era ético: aprender dos “exemplos” dos personagens históricos como evitar o vício e seguir a virtude, como levar uma vida moral. A exatidão factual, o uso de fontes documentais, a análise das conexões causais entre acontecimentos, tudo isso eram coisas subsidiárias à meta principal de uma “história verdadeira”: ensinar a ética por meio de “exemplos”.⁵

Se então aproximamos a sintética caracterização da historiadora britânica com os tipos de história expostos por Montaigne, inferimos que seu desprezo pela terceira espécie decorre de que torcem o que narram porque “ils entreprennent de choisir les choses dignes d’estre sçeuës [et] estalent hardiment leur éloquence et leurs discours”.⁶ Em troca, a história que prefere é a que apresenta sua matéria “nue et informe”, registrando o que lhe chega às mãos. Que Montaigne então privilegiava senão o trabalho do antiquário, que, de fato, exercia sua tarefa, muito longe, entretanto, da legitimidade reservada aos historiadores? “[...] A noção do antiquarius como um apaixonado pelas tradições antigas e seus restos, um colecionador e estudioso das mesmas, embora não fosse um historiador, é um dos conceitos mais típicos do humanismo dos séculos XV e XVI”.⁷ O historiador renascentista da Antiguidade glosava o que Tito Lívio, Tácito, Suetônio, etc, já haviam escrito, integrando-a à história universal:

⁴ Cf. MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, comunicación y realidad**: La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003, p. 350-351.

⁵ YATES, Francis. The History of history. In: _____. **Renaissance and reform**: The italian contribution. London: Routledge & Kegan, 1983, v. II, p. 89. O texto de F. Yates, originalmente uma resenha do Macchiavelli and Guicciardini (1965), de Felix Gilbert, tem, ademais a qualidade de explicar a diferença dos dois famosos italianos: “Machiavelli and Guicciardini were both humanists, both imbued with the importance of classical antiquity as the prime source of significant political and historical examples. But each in his way evolved entirely new types of political and historical thinking from the humanist tradition”. In: Idem, p. 90.

⁶ MONTAIGNE, Michel de. **Les Essais**. II, X, p. 417.

⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient history and the antiquarian. In: _____. **Contributto alla storia degli studi classici**. Roma: Edizione di storia e letteratura, 1955, p. 73.

Quando a história antiga era estudada por si mesma, independentemente da pesquisa do antiquário e da história universal, visava ou fornecer material para reflexões morais e políticas ou ajudar a compreensão de textos lidos fundamentalmente por motivos estilísticos.⁸

É a história retórico-moralista, cujo prestígio só entrará em crise no século XVII, por efeito das disputas político-religiosas.⁹ Só no fim do XVII, o antiquário teria condições de sair de sua posição subalterna e, ao mesmo tempo, de oferecer uma saída contra o ceticismo que abalara a disciplina:

A formulação de critérios internos suficientes para estabelecer a bona fides das fontes era o único meio para responder ao cético, ante a ausência de fontes documentais independentes ou de qualquer quantidade considerável de material epigráfico e arqueológico.¹⁰

O que vale dizer, a modalidade de escrita da história privilegiada por Montaigne só seria reconhecida um século depois de publicados seus Ensaaios. (Ainda não consideramos a proposta da “nouvelle histoire”, em que se empenhavam alguns de seus contemporâneos). O elogio da história simples por Montaigne dependia **pois** de sua afirmação de um modo de composição não dependente do formato moralista-retórico. Mas não só ele não é explicitado pelo autor, como, o que é básico, sua formulação implicaria um empenho teórico-filosófico de todo alheio à abordagem montaigniana. Para dele nos aproximarmos, precisamos recorrer a uma abordagem mais geral, de que a presente análise é um pequeno complemento.

Em “A Sagração do indivíduo: Montaigne”¹¹ procuramos mostrar que **Les Essais**, desde que aborta o propósito inicial de escrever o elogio de La Boétie, é um autêntico *work in progress*. Em vez do retrato do amigo morto não lhe restava fazer senão o retrato de uma amizade. Mas como se retrata algo abstrato como o sentimento da amizade se, ademais, Montaigne nunca teve interesse ou vocação para o tratamento filosófico? “Se me pressionarem para dizer por que o amava, sinto que isso só pode ser expresso respondendo: ‘Porque era ele; porque sou eu’”.¹²

⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient history and the antiquarian. In: _____. **Contributto alla storia degli studi classici**. Roma: Edizione di storia e letteratura, 1955, p. 75.

⁹ Cf. Ibid., p. 79.

¹⁰ Ibid., p. 83.

¹¹ COSTA LIMA, Luiz. **Limites da voz: Montaigne, Schlegel, Kafka**. (1993). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. Capítulo 1.

¹² MONTAIGNE, Michel de. I, XXVIII, p. 281.

A morte de La Boétie o deixara com um vazio que precisa aprender a escavar, indagando dentro de si. Para tanto, Montaigne não conta com um guia, à semelhança do que Dante tivera em Virgílio; não porque Montaigne por acaso o desconhecesse, senão porque, para a viagem dentro de si, não havia nenhum guia. Para os tão prezados antigos, que ocupam as prateleiras da biblioteca que o circunda e dos quais depende, o eu é um país desconhecido. A emergência o obriga a caminhar por tateios. Os três livros que compõem os Ensaios testemunham sua ingente demanda. Como sua reflexão se adensa à medida que se escreve, não estranha que sua obra seja formada por camadas, que não necessariamente se superpõem mas que se misturam, como se uma falha geológica jogasse para adiante o que pertenceria a uma formação anterior. Assim, se é dentro da primeira form(ul)ação que cabe o que chamamos **ideal do retrato**, este é enunciado tanto em acréscimo à versão de 1595, quanto já se mostra na de 1580:

[...] Aos pintores, quando pintam o céu, a terra, os mares, os montes, as ilhas distantes, concedemos que nos apresentem deles somente algum leve indício; e, como com coisas ignoradas, contentamo-nos com uma imagem aproximativa e inventada. **Mas quando eles nos reproduzem ao natural, em um tema que nos é familiar e conhecido, exigimos deles uma perfeita e exata representação dos lineamentos e das cores, e os menosprezamos se falham nisso.**¹³

Cotejemo-lo com a maneira como apresentava o ideal do retrato na versão de 1580: “Exibo-me inteiro: é um SKELETOS em que, a um só olhar, aparecem as veias, os músculos, os tendões, cada parte em seu lugar. [...] Não são meus gestos que descrevo: sou eu, é minha essência”.¹⁴

O ideal do retrato supunha a apresentação de si sem os adornos retóricos que, entre os renascentistas, enxameavam até mesmo entre as especulações filosóficas de um Pico della Mirandola. Em Montaigne, são os adornos afastados para que o objeto – pictórico, por extensão, textual – estivesse de acordo com o mundo dos percepta e sob o comando do que, a partir de Freud, será chamado **o ideal do eu**. Na busca de dizer a presença do ausente (La Boétie) sobre si, de declarar **pois o eu** que vive a ausência, que se compenetra da ausência que o habita, Montaigne experimenta dirigir-se por duas decisões: (a) afastar de si o aparato retórico, (b) conhecer-se a partir do que percebe e do que está imediatamente consciente. Daí a similaridade das posições ocupadas pelo ideal do retrato e ideal do eu. Para sermos mais precisos: eles não só são entre si contíguos,

¹³ MONTAIGNE, Michel de. II, XII, p. 307-308. Grifo meu.

¹⁴ MONTAIGNE, Michel de. II, VI, p. 72.

mas o primeiro depende do segundo, pois a maneira como me vejo (ideal do retrato) depende da maneira como quero ser visto (ideal do eu). É importante notar que, ao contrário do que supõe Montaigne, o campo dos *percepta* é determinado e não determinante.

Os parâmetros então adotados são, contudo, incapazes de cumprir sua meta. Muito mais freqüente que sua reiteração são as passagens que declaram o fracasso de dizer de si a partir do perceptual e do consciente. É da versão de 1588 o trecho:

Não retrato o ser. Retrato a passagem [...]. Este é um registro de acontecimentos diversos e mutáveis e de pensamentos indecisos, e, se calhar, opostos [...]. Se minha alma pudesse firmar-se, eu não me ensaiaria: decidir-me-ia; ela está sempre em aprendizagem e em prova.¹⁵

E, de maneira ainda mais decisiva, acrescenta em 1595: “Ao pintar-me para outrem, pinte em mim cores mais nítidas do que eram as minhas primeiras. Não fiz meu livro mais do que meu livro me fez”.¹⁶

Se, na primeira versão, Montaigne pensava que a fidelidade ao perceptual, e, portanto, ao factual, o mantinha ligado ao núcleo duro da “essência” – “Não são meus gestos que descrevo: sou eu, é minha essência” (II, VI, 72) –, a permanência da viagem interior romperá a convergência entre o dado da realidade – a percepção – e a suposição da quiddidade: “Je ne peints pas l’estre. Je peints le passage”.¹⁷

Terminada a longa volta, condense-se para o que ela nos serve: **serve-nos para pensar a relação entre ideal do eu, ideal do retrato e seu fracasso quanto ao tipo de história que Montaigne favorece desde a primeira versão dos Ensaios.**

Partamos do óbvio que se reitera: ao ideal do eu (e do retrato) se adequava o elogio da história simples. A seu fracasso corresponderá alguma mudança? Em palavras bem explícitas: em termos de escrita da história, a que corresponderia a afirmação do eu como processo em devir, incapaz de ser apenas descrito, modificável à medida mesma se escreve? Contra infundadas esperanças, logo se advirta: para que a pergunta encontrasse uma resposta taxativa, seria preciso esquecer o que já sabemos: (a) que Montaigne não é exatamente um pensador, muito menos que nunca cogitou de ser um teórico da história; (b) que **Les Essais** não fosse o resultado de uma experimentação – como dizer de si, enquanto produto de uma ausência-que-trabalha? Mas só agora a

¹⁵ MONTAIGNE, Michel de. III, II, p. 27-28.

¹⁶ MONTAIGNE, Michel de. II, XVIII, p. 498.

¹⁷ MONTAIGNE, op. cit., p. 85.

advertência encaminha para seu principal alvo: é a própria falta de “correção” da história simples, i.e., não retoricamente ataviada, presa ao horizonte do factual, procurando reproduzir em palavras uma cena do passado, que torna essa indagação instigante.

As voltas já dadas tornam mais concreto o nosso objeto. Ainda assim, algumas outras, menos complicadas, ainda são indispensáveis. A primeira concerne à própria prática da escrita da história realizada por contemporâneos franceses de Montaigne.

A pesquisa fundamental a respeito foi empreendida por George Huppert, que, em seu início, recorda:

A escrita histórica francesa, no início do século XVI, se se excluem as memórias, os comentários e outros gêneros de história contemporânea, parece caber naturalmente em uma das duas tradições principais: ou pertence à tradição medieval da crônica universal ou à mais nova tradição italiana das histórias patrióticas, escrita em imitação dos historiadores romanos.¹⁸

Em 1560, porém, com a publicação das **Recherches de la France**, de Étienne Pasquier dá-se a (provisória) viragem: “[...] No livro de Pasquier o método histórico dos juristas e dos filólogos era aplicado pela primeira vez aos problemas da história francesa. As conseqüências foram decisivas”.¹⁹

À medida que os participantes da chamada “nouvelle histoire” (Pasquier, Jean Bodin, Loys le Roy, Nicole Vignier, Henri Voisin de la Popelinière) se afastam da explicação teológica e da ornada história renascentista, fatos e documentos passam a constituir seu material básico de trabalho. É dos fatos que Pasquier retira o que chamará de “demonstrations oculaires”.²⁰

Terá Montaigne tomado conhecimento do que faziam? O único dos autores que cita é Jean Bodin, e, ainda assim, muito de passagem. A questão ainda mais se complica porque, segundo Huppert, o prestígio daqueles inovadores se dissipa com o ceticismo do século XVII. Na falta de acesso a seus textos, podemos apenas saber que as pesquisas de um Pasquier se ligavam ao labor dos antiquários, antecipando, por um curto espaço

¹⁸ HUPPERT, George. The Idea of perfect history. In: _____. **Historical erudition and historical philosophy in renaissance France**. Chicago; London: University of Illinois Press, 1970, p. 12.

¹⁹ Ibid., p. 35.

²⁰ “His essay is much more than a collection of sources for the history of the parlement, for he always poses the important questions and then proceeds to what he calls his “demonstrations oculaires”, printing the texts so that his readers can touch these matters ‘with their fingers’” In: HUPPERT, George. The Idea of perfect history. In: _____. **Historical erudition and historical philosophy in renaissance France**. Chicago; London: University of Illinois Press, 1970, p. 70.

de tempo, sua legitimação – conforme Momigliano, sucedida a partir do fim do XVII, como resposta ao mesmo pirronismo que fizera a “nova história” calar. É provável, portanto, que a história simples de Montaigne tenha surgido autonomamente. Teria então sido a própria ênfase montaigniana na concepção moderna do sujeito, psicologicamente orientada e não mais heterodirigida, antecipadamente anticartesiana, que estabeleceu uma ponte com as investigações daqueles seus menos afortunados contemporâneos. Voltando pois à pergunta de que já dissemos não admitir resposta definitiva, podemos pois supor que, ao fracasso do ideal do retrato, não tenha correspondido, em Montaigne, uma concepção mais elaborada da história. Podemos mesmo nos atrever a um passo que não ousaremos desenvolver: não foi a idéia que gerava a história simples, com seu apego aos fatos e seu horror pelos ornatos, que se cristalizou no que viria a ser conhecido como o padrão positivista da escrita da história?

A falta de correspondência à escrita montaigniana de um eu movente não é suficientemente explicada por sua falta de empenho. É a própria escrita da história, tal como se cumpre a partir de fins do século XVIII, que esbarra ante o obstáculo de pensar-se a partir do fato. Mas, em vez de desenvolver especulativamente a questão, é mais oportuno, no momento, dispô-la em um plano empírico. Trata-se então de ver como Montaigne lida com exemplos historiográficos que se integravam nas fontes consagradas da Antigüidade. Isso é manifesto em dois casos. No primeiro, em “Des cannibales” (I, XXXI), Montaigne poderia haver cumprido sua reflexão a partir da leitura da **Histoire d’un voyage fait en la terre du Bresil autrement dite Amerique** (1578), ou, como ele próprio declara, a partir de testemunhos orais. A relevância do paralelismo entre o ensaio montaigniano e a obra de Léry está “no retrato laudatório dos Canibais como homens da Natureza”,²¹ que servirá a propósitos políticos contrários à dominação espanhola, e na primeira sedimentação do que será o mito do bom selvagem. Do ponto de vista de uma epistemologia da história, contudo, a utilidade da figura do canibal, em Montaigne, é bem menor. Fazendo o elogio da simplicidade de seu informante, o autor reitera o louvor da história simples, tornando mais explícita sua conversão em história factual:

Eu gostaria que cada qual escrevesse o que sabe e na medida em que sabe, não apenas nisso mas em todos os outros assuntos; pois alguém pode ter um conhecimento ou experiência específica da natureza de um rio ou de uma fonte e sobre o restante só saber o que todos sabem.

²¹ LESTRINGANT, Frank. **Le Huguenot et le sauvage**. Paris: Aux Amateurs du livre, 1990, p. 18.

No entanto, para divulgar essa migalha, ele se disporá a descrever toda a física. Desse vício surgem muitos inconvenientes.²²

Montaigne valoriza o que lhe transmite seu informante com um propósito alegórico, que, por não ser religioso, nem era por isso novo. A alegoria tem por primeiro alvo a crítica das práticas que voltavam a ser freqüentes com as guerras religiosas:

Penso que há mais barbárie em comer um homem vivo do que em come-lo morto, em dilacerar por tormentos e por torturas um corpo ainda cheio de sensibilidade, assá-lo aos poucos, faze-lo ser mordido e rasgado por cães e por porcos [...], do que assá-lo e comê-lo depois que ele morreu.²³

A alegoria assume mais nítidos contornos quando três índios são levados à corte reunida em Rouen e o soberano lhes pede que digam o que acham de mais notável no que vêm e eles lhes respondem estranhando “que tantos homens adultos, portando barba, fortes e armados” obedecessem a uma criança – como, na ocasião, era o rei francês - e, a seguir, que, havendo “homens repletos e empanturrados de toda espécie de regalias”, e às suas portas, mendigos e famintos, estes não ateassem fogo às casas daqueles.²⁴

O episódio é bastante glosado para que nele insistamos. O ensaio será, por certo, uma das *pièces de resistance* para a expansão do interesse por Montaigne, mas nada acrescenta a nosso argumento. Todo o contrário do que sucede com “Des coches”, em que, de maneira nada alegórica, é denunciada a dominação espanhola do México e do Peru:

Quem jamais estabeleceu tal preço para o serviço do comércio e do tráfego? Tantas cidades arrasadas, tantas nações exterminadas, tantos milhões de pessoas passadas a fio de espada, e a mais rica e bela parte do mundo convulsionada para negociação de pérolas e de pimenta: mesquinhas vitórias!²⁵

Porém o que de fato importa é que a glosa montaigniana de atos da conquista nos permite localizar precisamente a sua fonte – que não era desconhecida (cf. Villey, P.: 1988 III, 898). Para tanto, necessitamos de transcrições relativamente longas.

Costeando o mar em busca das minas deles, alguns espanhóis desembarcaram em uma região fértil e agradável, muito habitada, e fizeram àquele povo suas exortações costumeiras: que eram pessoas pacíficas, chegando de longas viagens, enviados pelo rei de Castela, o

²² MONTAIGNE, Michel de. I, XXXI, p. 307.

²³ Ibid., p. 313.

²⁴ Cf. Ibid., p. 319-320.

²⁵ MONTAIGNE, Michel de. III, VI, p. 188.

maior príncipe da terra habitada, ao qual o papa, representando deus na Terra, concedera o principado de todas as Índias; que, se eles quisessem ser tributários, seriam muito benignamente tratados; pediam-lhes viveres para a alimentação e outro para necessidade de algum remédio; de resto, exortavam-nos à crença num único Deus e na verdade de nossa religião, a qual os aconselhavam a aceitar, acrescentando a isso algumas ameaças. A resposta foi esta: que, quanto a ser pacíficos, eles não mostravam aparência disso, se o eram; quanto a seu rei, visto que pedia, devia ser indigente e necessitado; e aquele que lhe fizera tal distribuição [i.e., o Papa], homem que apreciava a dissenção, por ir dando a um terceiro coisa que não era sua, para colocá-lo em disputa com os antigos possuidores; quanto aos víveres, que os forneceria; ouro, tinham pouco, e era coisa a que não davam o menor valor, pois era inútil para o serviço de sua vida, sendo que toda a preocupação deles visava apenas a passá-la de forma feliz e prazerosa; portanto o que conseguissem encontrar dele, exceto o que era empregado no serviço a seus deuses, pegassem sem hesitar; quanto a um único deus, a argumentação lhes agradara, mas não queriam mudar sua religião, tendo dela se servido tão proveitosamente durante tanto tempo, e que estavam acostumados a receber conselho apenas de seus amigos e conhecidos; quanto às ameaças, era sinal de falta de discernimento ir ameaçando aqueles cuja natureza e recursos eram desconhecidos; assim, tratassem de sair prontamente de sua terra, pois eles não estavam acostumados a ver com bons olhos as gentilezas e exortações de pessoas armadas e estrangeiras; de outra forma, fariam com eles como com aqueles outros – mostrando-lhes as cabeças de alguns homens justicados ao redor da cidade.²⁶

No capítulo CXIII, da **Historia general de las Índias** (1552), Francisco López de Gómara, já então capelão do marquês Hernán de Cortés,²⁷ cuja “biografia epidítica”²⁸ escreverá em **La Conquista de México**, continuação da Historia general, descrevia o encontro e a prisão do rei peruano Ataliba (Atahualpa), por Francisco Pizarro. Aproximando-se o irmão do conquistador, Fernando Pizarro, de Atahualpa dele escutara

[...] que sería buen amigo del emperador y del capitán si volviese todo el oro, plata y otras cosas que habia tornado a sus vasallos y amigos y se fuese luego de su tierra, y que otro día siguiente sería con él en Caxamalca para dar ordene n la vuelta y a saber quién era el papa y el emperador, que de tan lejas tierras le enviaban embajadores y requerimientos.²⁹

Os acontecimentos então se precipitam:

²⁶ MONTAIGNE, Michel de. III, VI, p. 189.

²⁷ Cf. MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, comunicación y realidad**: La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003, p. 351.

²⁸ *Ibid.*, p. 367.

²⁹ GÓMARA, Francisco López de. **Historia general de las Índias**. Disponível em www.linkgua.com. Barcelona, 2004. CXIII, p. 209.

Fernando Pizarro volvió espantado de la grandeza y autoridad de Ataliba y de la mucha gente y tiendas que había en su real y aun de la respuesta, que parecía declaración de guerra. Pizarro habló a los españoles, [...] esforzándolos a la batalla con ejemplo de la victoria de Túmbez y Puna. En esto y en aderezar sus armas y caballos pasaron aquella noche [...]. Mando que ninguno hablase ni saliese a los de Ataliba hasta oír un tiro o ver el estandarte. Ataliba animó a los suyos, que braveaban y tenían en poço los cristianos, y pensaban de hacer de ellos, si peleasen, un solemníssimo sacrificio al Sol. [...] Tardó Ataliba en andar una legua cuatro horas: tan de reposo iba, o por cansar los enemigos. Vênia en litera de oro, chapada y forrada de plumas de papagayos de muchas colores, que traían hombres en hombros, y sentado en un tablón de oro sobre un rico cojín de lana guarnecido de muchas piedras. [...] Traía trecientos o más criados con librea para l alitera y para quitar las pajas y piedras del camino, y bailaban y cantaban delante, y muchos señores en andas y hamacas, por majestad de su corte. Entró en el tambo de Caxamalca, y como no vio los de caballo ni menear a los peones, pensó que de miedo. Alzóse en pie, y dijo: “Estos rendidos están”. Respondieron los suyos que sí, teniéndoles en poço. [...] Llegó entonces a él el fray Vicente de Valverde, dominico, que llevaba una cruz en la mano y su breviário, o la Bíblia como algunos dicen. Hizo reverencia, santiguóse con la cruz, y díjole: “Muy excelente señor: cumple que sepáis cómo Dios trino y uno hizo de nada el mundo y formó al hombre de la tierra, que llamó Adán, del cual traemos origen y carne todos. Pecó Adán contra su criador por inobediencia, y en él cuantos después han nacido y nacerán, excepto Jesucristo, que, siendo verdadero Dios, bajó del cielo a nacer de Maria virgen, por redimir el linaje humano del pecado. Murió en semejante cruz que esta, u por eso la adoramos. Resucitó al tercero día, subió desde a cuarenta dias al cielo, dejando por su vicário en la tierra a San Pedro y a sus sucesores, que llaman papas; los cuales habían dado al potentísimo rey de Espana la conquista u conversión de aquellas tierras; y así, viene ahora Francisco Pizarro a rogaros seáis amigos y tributários del rey de Espana, emperador de los romanos, monarca del mundo, y obedezcáis al papa y recibáis la fé de Cristo, si la creyéredes, que es santísima, y la que tenéis es falsísima. Y sabed que haciendo lo contrario os daremos guerra y quitaremos los ídolos, para que dejéis la enganosa religión de vuestros muchos y falsos dioses”. Respondió Ataliba muy enojado que no queria tributar siendo libre, ni oír que hubiese otro mayor señor que él; empero, que holgaría de ser amigo del emperador y conocerle, ca debía ser gran príncipe, pues enviaba tantos ejércitos como decían por el mundo; que no obedecería al papa, porque daba lo ajeno y por no dejar a quien nunca vio el reino que fue de su padre. Y en cuanto a la religión, dijo que muy buena era la suya, y que bien se hallaba con ella, y que no queria ni menos debía poner en disputa cosa tan antigua y aprobada; y que Cristo murió y el Sol y la Luna nunca morían, y que ¿como sabía el fraile que su Dios de los cristianos criara el mundo? Fray Vicente respondió que lo decía aquel libro, y dióle su breviário. Ataliba lo abrió, miró, hojeó, y diciendo que a él no le decía nada de aquello, lo arrojó en el suelo. Tomó el fraile su breviário y fuése a Pizarro



voceando: “Los evangelios en tierra; venganza, cristianos; a ellos, a ellos, que no queiren nuestra amistad ni nuestra ley.”³⁰

Embora só tenhamos transcrito uma parte do contato, sem entrarmos sequer na descrição do próprio enfrentamento, ela é bastante para entender-se a indignação de Montaigne. Como então reagiria se soubesse que, apesar de tão minucioso, Gómara se baseava em fontes já escritas, se não – o que mais bem valeria para o relato da conquista do México - nas informações do próprio Cortés, pelas quais seria pago? O fato é que a crônica do padre teve sucessivas reedições, não impedidas pela interdição real de que circulasse (1553-1566),³¹ sendo traduzida para o francês (só em vida de Montaigne, foi publicada em 1569, 1577, 1578, 1580, 1584, 1587), para o italiano e para o inglês.³²

A Montaigne pouco parece haver interessado que a parcialidade do religioso espanhol se mostrasse na própria diferença descritiva dos dois grupos – a apresentação minuciosa da disposição hierárquica dos indígenas e do luxo que cerca Atahualpa versus a pura disposição tático-militar dos espanhóis - para não falar em sua “capacidade” de saber o que se passa na cabeça de Atahualpa (“... penso que de miedo”). Para ele, era suficiente que todos os disfarces retóricos não bastassem para esconder a iniquidade de que o frade referido por Gómara é o principal representante. Mas, do ponto de vista rigorosamente historiográfico, a questão apresenta outro interesse desde que, recentemente, se expande a preocupação com o papel da retórica nos relatos da conquista. É o que se constata pelo cotejo da introdução já citado de José Luis de Rojas – cuja primeira edição é de 1986 – com o **Retórica, comunicación y realidad**, de Alfonso Mendiola. Em Rojas, ignora-se absolutamente a formatação retórica das crônicas da conquista. Com isso, não só o historiador se recusa a pensar na questão da retórica, como, em termos mais amplos, no problema das culturas que permanecem fundamentalmente orais, mesmo quando já dispunham de uma base escrita. Neste sentido, os historiadores da América colonial teriam muito a aprender com o exame da historiografia clássica grega, bastante anterior ao domínio da retórica, em Roma, e, a seguir, com o agravamento da interferência do modelo teológico, que se propagará com

³⁰ GÓMARA, Francisco López de. **Historia general de las Índias**. Disponível em www.linkgua.com. Barcelona, 2004, CXIII, p. 209-210.

³¹ Cf. MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, comunicación y realidad: La construcción retórica de las batallas en las crônicas de la conquista**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003. p. 356-358.

³² Cf. ROJAS, José Luis. de. Introducción . In: _____. **La Conquista de México**. Ciudad de México: Promo Libro, 2003. p. 34-35.

o Renascimento. O livro de Mendiola apresenta um primeiro resultado desta atenção ao molde da história renascentista. Nele, com razão se enfatiza o abismo que se abre – mais incisivamente no caso espanhol, em que a cristianização dos povos pagãos aparece como a justificativa da própria conquista e colonização – entre a história retórico-teológica e a de base factual:

Para cada novo acontecimento há de se encontrar seus arquétipos, os quais são fatos, quase todos, contados na Bíblia. Esta concepção do tempo reiterativo significa que o já sucedido prefigurava o que estava por suceder. O conhecimento retórico da temporalidade se reduz a saber recordar por meio da imaginação topológica: o passado compreende e explica o presente e o futuro.³³

Como Montaigne teria reagido se soubesse que Gómara nunca estivera na América, que estava a serviço de Cortés, que sua **Historia** fora paga por seu filho, que, muito antes da volta de investimento na retórica, agora com um propósito duplamente crítico – contra a leitura factualista da produção dos séculos XVI e XVII e, no caso da história, contra a sua pretensão de ser verdadeira – Diaz del Castillo não se cansara de acusar Gómara de escrever falsidades? Referindo-se não só a Gómara, mas a Illescas e Jovio, tanto os denuncia que termina por “Yo lo maldigo, puesto que lleve buen estilo”.³⁴ O complemento da frase – “ainda que tenha bom estilo” – acentua a incriminação não separa as falsidades factuais do modelo que as faculta. Dirigindo-se expressamente a Gómara, escreve: “[...] Para que parezca ser verdad lo que en ello escribe, todo lo que en el caso pone es muy al revés, **por más buena retórica que en el escribir ponga**”.³⁵

“Y quien viere su historia lo que dice creerá que es verdad, según lo relata con tanta elocuencia, siendo muy contrario de lo que pasó”.³⁶ Seria ridículo pensar-se que o ex-soldado, inculto como se declara, professasse outra concepção de história ou que ousasse se contrapor ao filão teológico. Mas Mendiola não estabelece nenhuma diferença entre sua **Historia verdadera**, a de Gómara e a do frei Juan de Torquemada, autor da **Monarquia indiana** (1615). Em todos, domina o “referente retórico”, que adorna o propósito político-religioso e o cunho moralizante.

³³ MENDIOLA, Alfonso. **Retórica, comunicación y realidad**: La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003, p. 346.

³⁴ DIAZ DE CASTILLO, Bernal. **Historia verdadera de la conquista de la Nueva España** (1632). Ciudad de México: Editorial Porrúa, 1977, v. I, p. 139.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid., p. 212.

Embora só o exame pormenorizado das obras dos três autores, para não falar na imensa quantidade de crônicas sobre a conquista e colonização da América hispânica, possa levar adiante a suspeita; inclino-me a supor que a recorrência ao modelo retórico há de admitir matizes e gradações. A observação em nota de Mendieta – “Gómara y Torquemada son hombres de letras y eclesiásticos, mientras que Bernal es un soldado que accede a puestos importantes del gobierno de la ciudad de Guatemala”³⁷ – não interfere na uniformidade do que eles escrevem? Diaz de Castillo chega a increpar Gómara de venalidade: “[...] Que le debieran de dar oro a Gómara y otra dádivas porque lo escribiese de esta manera, porque en todas las batallas o reencuentros éramos los que sosteníamos a Cortés, y ahora nos aniquila en lo que dice este coronista”.³⁸ O mesmo modelo retórico não o impedia de verificar, menos por haver sido testemunha ocular do que por sua condição inferiorizada de classe, que os criados da nobreza – e Cortés se tornara marquês – torciam a história de acordo com seus interesses. Portanto, que a perda da exclusividade dos **literati**, enquanto pertencentes aos estratos eclesiástico e cortesão, tornava, de algum modo, vulnerável a história fundada no “tempo reiterativo”. Este não desaparece por encanto e Mendiola o mostra na análise do próprio Diaz del Castillo, mas não passa a admitir fissuras, que não devem ser desconsideradas?

O desenvolvimento deste veio nos levaria para fora de nosso tema. Do ponto de vista de Montaigne, as divergências entre os historiadores da conquista não diminuiriam sua ira contra o que haviam feito os espanhóis; ira que se expandia em amargura contra o que as lutas religiosas na França voltavam a mostrar.

Não se discute a atualidade ético-política de sua denúncia. Apenas, para nos mantermos na questão que aqui nos importou, preferimos abordá-la por outro ângulo: a história simples, enquanto tem os fatos por lastro, é mais confiável do que a reiteração retórica? Aquilo de que Pasquier desconfiava, e já se formulava em Tucídides, que a escrita da história é sempre “uma questão muito delicada”, será sistematicamente ressaltado no século XX. Assim a história o é porque não há fato que não se acompanhe de interpretação e a interpretação depende, não só do talento de quem a faz, mas do lugar a partir do qual se observa o fato. **A dificuldade em ultrapassar-se a história factual fundamentalmente depende da persistência da concepção de ciência que**

³⁷ MENDIOLA, Alfonso **Retórica, comunicación y realidad**: La construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003, p. 364.

³⁸ DIAZ DE CASTILLO, Bernal. **Historia verdadera de la conquista de la Nueva Espana** (1632). Ciudad de México: Editorial Porrúa, 1977, v. I, p. 409.

favoreceu sua vitória, desde fins do século XVIII: da ciência como afirmação de verdades incondicionadas, por sua vez correlacionada à afirmação do eu uno, racional, que se domina a si próprio, a partir de seu ideal do eu. A teoria mais avançada da ciência hoje já não o repete, mas sim a concepção mais difundida. Com isso, a velha *alétheia* não é esquecida e os factualistas podem se contentar em estar de acordo com ela, apenas afastando o incômodo lastro metafísico.

